

Trajetórias camponesas no Acampamento Reduto do Caraguatá: processos migratórios e resistência ao latifúndio no estado do Paraná

Silas Rafael da Fonseca

Universidade Estadual do Paraná (Unespar), Campus de União da Vitória, Paraná, Brasil.
e-mail: silasfonseca2@gmail.com

Resumo

O artigo busca analisar as trajetórias de luta das acampadas e dos acampados no Acampamento Reduto do Caraguatá, localizado no município de Paula Freitas/PR. Também são destacados os diferentes processos de migração pelo qual passaram ao longo do processo de enfrentamento ao latifúndio. Metodologicamente foram realizados trabalhos de campo e doze entrevistas com famílias acampadas. Destaca-se a importância do uso das fontes orais para os estudos em Geografia Agrária, assim, nos utilizamos de questionários semiestruturados que serviram de apoio para as entrevistas e possibilitaram compreender não apenas as trajetórias das famílias entrevistadas, mas também o processo de organização do acampamento e como as famílias tomaram conhecimento destas lutas. Deste modo, as entrevistas não apresentam apenas os lugares onde os camponeses e as camponesas passaram, mas, sobretudo, as dificuldades desse processo, as pessoas que migraram junto e aquelas que ficaram pelo caminho. Conclui-se que o acampamento é a materialização da luta contra o latifúndio, em defesa da autonomia do trabalho e pela manutenção da família camponesa.

Palavras-chaves: Campesinato; família; migração; latifúndio; autonomia do trabalho.

Peasant Paths at the Camp Stronghold of Caraguatá: migratory processes and land property resistance in Paraná state

Abstract

The article aims to analyse the struggling paths of campers in Caraguatá Stronghold Camping, located in Paula Freitas/PR. It is also highlighted the different migration processes which they have been through land property confrontation process. Methodologically, it was done a field work and twelve interviews with camping families. It is highlighted the importance of oral sources for the Agrarian Geography studies, thereby, it was used semi-structured questionnaires that worked as a support for the interviews and enabled to understand, not just the paths of interviewed families, but also camping organizational processes and how the families got to know those struggles. That way, the interviews did not present only the venues where the peasants went through, but, overall, those difficulties processes, the people who migrated with the ones that got in the way. It was concluded that camping is the struggling materialization against land property, in defense of working autonomy and peasant's family maintenance.

Key-words: Peasantry; family; migration; land property, working autonomy.

Trayectorias campesinas en el Campamento Reducto do Caraguatá: procesos migratorios y resistencia al latifundio en el estado de Paraná

Resumen

El artículo busca analizar las trayectorias de lucha de las encampadas y los encampados en el Campamento Reducto do Caraguatá, situado en el municipio de Paula Freitas/ PR. También se destacan los diferentes procesos de migración por los que pasaron durante el proceso de enfrentar a los latifundios. Metodológicamente, se realizaron trabajos de campo y doce entrevistas con familias acampadas. Se destaca la importancia de utilizar fuentes orales para estudios en Geografía Agraria, por lo que utilizamos cuestionarios semiestructurados que sirvieron de apoyo para las entrevistas, sino también el proceso de organización del campamento y cómo las familias se dieron cuenta de estas luchas. Siendo, así, las entrevistas no solo presentan los lugares por donde pasaron los campesinos, sino, sobre todo, las dificultades de este proceso, las personas que emigraron juntas y las que se quedaron en el camino. Se concluye que el campamento es la materialización de la lucha contra los latifundios, en defensa de la autonomía del trabajo y para el mantenimiento de la familia campesina.

Palabras clave: Campesinado; familia; migración; latifundio; autonomía laboral.

Introdução

Este artigo é resultado das reflexões realizadas na tese de doutorado em geografia intitulada “Latifúndio (im)produtivo e impasses à recriação camponesa no Sudeste paranaense”, na qual buscou-se compreender como o latifúndio constitui-se no Paraná através do monopólio e da extração da renda da terra, expressos no não cumprimento da função social da propriedade, e de seus impactos econômicos, sociais e ambientais, a partir da territorialização da silvicultura no Sudeste Paranaense. Durante os trabalhos de campo realizados para a elaboração da tese o Acampamento Reduto do Caraguatá foi um dos espaços de enfrentamento ao latifúndio no qual realizamos entrevistas com os sujeitos da luta, a análise, sobretudo das trajetórias camponesas são apresentadas neste artigo.

O Acampamento Reduto do Caraguatá é organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras (MST) e localiza-se no município de Paula Freitas, Paraná. Desde 2005 os acampados lutam pela conquista do assentamento e pela garantia do direito à terra e à vida. O acampamento insere-se no território da Guerra do Contestado (1912-1916) uma das maiores guerras camponesas da América Latina, como nos indica Galeano (2014, p. 282) “uma das mais intensas páginas de fúria popular de toda a história do Brasil”, e leva o nome em homenagem a um dos redutos da guerra. Atualmente conta com 34 famílias, distribuídas em três áreas diferentes, sendo duas organizadas em agrovilas e uma disposta em lotes individuais onde residem 4 famílias

No acampamento Reduto do Caraguatá as famílias permanecem na condição de acampadas há 15 anos, sem a definição de que o acampamento será ou não um assentamento de reforma agrária. Nessa situação de incerteza que atinge as famílias, a ação do Estado vem sendo postergada, atualmente o conflito não se apresenta de forma direta, mas as famílias convivem com as ameaças de despejo e com a possibilidade de que

as áreas possam ir a leilão, isso faz com que vivam uma situação de insegurança constante sem que o Estado atue de forma a solucionar o impasse.

Essa situação de passividade do Estado beneficia os grandes proprietários, ou seja, o latifúndio, que pressiona para que as terras voltem para o mercado, enquanto camponeses e camponesas vivem no limite da insegurança e das ameaças.

O artigo busca compreender as trajetórias de luta das acampadas e dos acampados, os diferentes processos de migração pelo qual passaram e os processos de enfrentamento ao latifúndio, para tanto foram realizados trabalhos de campo e 12 entrevistas com famílias acampadas. As entrevistas que compõem o artigo foram coletadas durante os trabalhos de campo realizados no decorrer do curso de doutorado, mas não foram utilizadas na tese supracitada, assim permitindo as reflexões presentes neste artigo. Destaca-se que a identidade dos entrevistados e das entrevistadas se encontra preservada, muito embora todas as entrevistas tenham sido realizadas com o consentimento e autorização dos camponeses e das camponesas

Cabe ressaltar a importância do uso das fontes orais para Geografia Agrária, assim nos utilizamos de questionários semiestruturados que serviram de apoio para as entrevistas e possibilitaram compreender não apenas as trajetórias das famílias entrevistadas, como também apreender como se deu a organização do acampamento e como as famílias ficaram tiveram conhecimento da existência dos Acampamentos do MST. Assim, as entrevistas não apresentam apenas os lugares onde os camponeses e as camponesas passaram, mas as dificuldades desse processo, as pessoas que migraram junto e aqueles que ficaram no caminho, são compadres e comadres, mães, pais, irmãos e irmãs, que fizeram/fazem parte da busca por uma fração do território para a reprodução do modo de vida camponês. Para tanto, realizamos questionários fechados e entrevistas semiestruturadas, aplicados a camponeses e camponesas.

No que se refere às fontes orais nos utilizamos da amostragem por contraste.

Cada entrevista – se ela tiver sido bem realizada e bem analisada, e particularmente, relacionada com o que é (socialmente, culturalmente, etc.) a pessoa entrevistada – representará bem mais do que uma entrevista com uma pessoa: o que nos importa no que ela veicula é muito mais do que atitudes ou representações “pessoais”, as atitudes e as representações dos grupos sociais que pertence ou se vincula a pessoa. Se for mais sobre o indivíduo se exprimindo que se baseia a coleta de informações, será sobre ele, quando membro de múltiplos grupos sociais, enquanto expressão do seu multipertencimento, enquanto “modelo” das estruturas da vida social, que recairá a análise (FICHELET, FICHELET; MAY, 1970, p. 2 apud PIRES et al., 2008, p. 200).

Destarte, as entrevistas expressam não apenas as realidades de uma família, mas as relações presentes no grupo, ou seja, ao fazer a entrevista estamos compreendendo o grupo social ao qual a família está inserida.

Na sequência apresentamos um mosaico de figuras do Acampamento Reduto do Caraguatá, com destaque para a produção, no caso as bananeiras, para a Escola Itinerante Paulo Freire e para as bandeiras do MST, uma disposta no acesso à uma das áreas do acampamento e outra na parede de casa de uma família de camponeses acampados.

Mosaico de figuras 1: Acampamento Reduto do Caraguatá



Fonte: Trabalho de Campo, 2019. Org: Silas Rafael da Fonseca.

As trajetórias de migração e luta das famílias pela terra e território no acampamento Reduto do Caraguatá

Concordamos com Martins (1981) quando assinala que o campesinato brasileiro é desenraizado, migrante e itinerante, para o autor o deslocamento dos camponeses tem como elemento determinante o avanço do capital sobre a terra, isso tem feito com que a história dos camponeses-posseiros seja marcada pela perambulação e a dos camponeses-proprietários pelas migrações. Nas entrevistas realizadas percebemos que muitas famílias

migraram de diferentes municípios, estados e mesmo de outro país, três famílias de brasiguaios (irmãos) vieram do Paraguai, ainda constatamos que todas as famílias entrevistadas migrarem por mais de um município e a maioria já passou por processos de luta pela terra em outros acampamentos antes de chegar ao Acampamento Reduto do Caraguatá.

A entrevista a seguir corrobora com Martins (1981) e contribui para analisarmos os processos de migração dos acampados “nasci no Paraguai. [...] Eu vim de Cascavel, de Cascavel eu vim pra Lapa, fiquei cinco anos lá na Lapa, daí da Lapa eu vim pra cá (ENTREVISTA 4, 2019, Acampamento Reduto do Caraguatá, Paula Freitas). A busca pela terra passa por uma trajetória de migração que começa com a saída do Paraguai e a ida para um acampamento do MST em Cascavel e a posterior inserção em outros acampamentos de luta pela terra. A família entrevistada expõe os motivos que os fizeram migrar do Paraguai para o Brasil em busca de um pedaço de terra.

Nós morava no Paraguai [pai, mãe e irmãos] então daí foi uma pessoa do movimento, foram lá no Paraguai e fizeram uma conversa com nós, entendeu? Ó tem lá o tal do movimento sem terra e tal né, daí fizeram uma conversa com nós lá, nós participamos da reunião, então como nós nunca tivemos nosso terreno próprio, sempre morando no terrenos dos outros, cuidando pros outros, daí apareceu essa oportunidade, daí como apareceu essa oportunidade nós ficamos bem ansioso pra vim né. Falamos, não, mas é a oportunidade única né, daí viemos, eles mesmo o povo do movimento trouxeram nós. [...] Daí viemos pra aquele acampamento [em Cascavel], daí ficamos um bom tempo lá, daí lá no caso também foi feito uma conversa lá em Cascavel, estamos precisando de tantas famílias lá pra Lapa e tal, foi a época que nós viemos pra Lapa, daí viemos e ficamos cinco anos ali, ali nós mexia com projeto da CONAB [Companhia Nacional de Abastecimento], entregava pra CONAB essas coisas né, e daí ficamos ali um tempão e dali nós mesmo decidimos vim pra cá, falaram do acampamento aqui e daí nós decidimos vim pra cá e estamos aqui e daqui eu não pretendo sair [risos], pretendo ficar aqui (ENTREVISTA 4, 2019, Acampamento Reduto do Caraguatá, Paula Freitas).

Como podemos perceber a família buscava a possibilidade de ter a sua própria terra, de não morar mais na terra dos outros, o desejo pela terra e pela autonomia do trabalho marca as entrevistas feitas no acampamento. Marques (2003) contribui para analisarmos as estratégias de luta das famílias camponesas frente ao processo de expansão das relações de produção capitalistas.

Ao longo do século XX, ao mesmo tempo em que a expansão capitalista cria e recria condições para a produção camponesa em determinadas áreas do país, em outras o avanço do processo de privatização e valorização das terras se dá paralelamente à difusão das relações de produção capitalista na agricultura, em detrimento de diferentes formas de existência camponesa. Nestes casos, a reprodução camponesa é cada vez mais ameaçada e as principais estratégias adotadas para enfrentar esta situação têm sido

historicamente as seguintes: a migração para novas áreas e a resistência à expropriação por meio da luta. Estas duas alternativas têm na questão do acesso à terra o seu principal motor (MARQUES, 2003, p. 184-185).

Outro elemento a se refletir é que esse processo não ocorre de forma isolada, famílias inteiras migram, a irmã do entrevistado 4 teve uma trajetória de migração passando por outros espaços até chegar ao Acampamento Reduto do Caraguatá.

Eu nasci no Paraguai daí eu fui direto pro acampamento do Zé Rainha em São Paulo, daí eu sai do Paraguai eu tinha dezesseis anos, [...] daí [no Pontal do Paranapanema] eu já tinha o meu piá [filho] com vinte dias de nascido [...] daí de lá eu voltei pra Salto do Lontra, de Salto do Lontra eu fui pra Cajati – Cascavel que é um acampamento também, daí de lá vim pra Curitiba, que é assentamento na Lapa, da Lapa eu fui pra Porecatu, eu fiquei dois anos acampada em Porecatu, daí de lá de Porecatu eu voltei pro assentamento da Lapa, daí lá eu fiquei mais ou menos dois anos de novo ali, daí foi que eu vim pra cá (ENTREVISTA 9, 2019, Acampamento Reduto do Caraguatá, Paula Freitas).

Como percebemos a acampada passou por diversos espaços de luta pela terra antes de chegar ao acampamento Reduto do Caraguatá, isso contribui com o que nos aponta Martins (1981) quando diz que o campesinato no Brasil é um campesinato migrante e com Marques (2003) quando aponta como estratégia a migração e os processos de luta, que se materializa nos acampamentos do MST em busca da recriação camponesa. Essa característica marca todas as famílias entrevistadas, isto é, nenhuma delas nasceu em Paula Freitas, todas vieram de outros municípios para o acampamento.

O primeiro acampamento meu foi em Teixeira Soares, [...] tinha uns dez anos, se tivesse [acampou junto com pais. De Teixeira [Soares] nós fomos pra Cerrito que era na Lapa, uma fazenda que foi ocupada, daí dali dois anos e pouco deu despejo, daí daquela área nós viemos direto pra cá. [Você falou que nasceu em Rebouças, o que os seus pais faziam lá?] lavoura, era terra alugada, tipo tinha um pedaço do pai era trinta e quatro litros de chão [um litro equivale a 605 metros quadrados], quase um alqueire, daí era de herança dele né, daí ele conseguia ainda com a mãe, alugava uns pedacinhos lá, pedacinho de capoeira, porque daí o resto os caras pegam com trator e fazem tudo, daí alugava e plantava os pedacinho, dava pra viver, daí ele trabalhava com [colheita de] batatinha também, tempo de safra né, dava pra viver né. Era trinta e quatro litros e daí hoje nós somos em três irmãos, o pai dava mais um pedacinho alugado pra nós se nós ficasse lá dava uma quarta, dá malmente uma horta, da uma horta praticamente e a moradia então, nós três pra viver lá é inviável, não tem como [um dos irmãos está no Assentamento Emiliano Zapata em Ponta Grossa e o outro no Assentamento Contestado na Lapa] (ENTREVISTA 11, Acampamento Reduto do Caraguatá, Paula Freitas).

Eu participei lá no Primeiro de Maio¹ primeiramente, daí depois do Primeiro de Maio eu fui pra Lapa no Assentamento [Contestado] fiquei lá por quase três anos, fiquei trabalhando na escola, fiquei quase três anos lá, depois saímos de lá voltei aqui ficamos uns três meses, daí saímos fomos bater cabeça, voltamos pra Curitiba fomos trabalhar em chácaras, passou, passou o tempo [cerca de três anos] voltamos aqui de volta, daí que eu fiquei dois anos ali em cima [outra área do acampamento], daí fomos embora de novo, bate cabeça né, porque tava sossegadinho, daí fiquei de novo quase uns três anos lá fora daí voltamos pra cá (ENTREVISTA 1, 2019, Acampamento Reduto do Caraguatá, Paula Freitas).

Para Fernandes (2000) a necessidade de migrar constantemente continuou sendo uma marca do campesinato brasileiro após o cerco à terra promovido pela Lei de Terras de 1850. O cercamento das terras promovido por coronéis, latifundiários e grileiros levou ao cativo da terra, ao mesmo tempo que, chegando ao fim o cativo humano, após deixarem as fazendas, os escravos não tinham um lugar para ir, assim, vagavam pelas estradas e acampavam. Soma-se a isso a chegada ao Brasil, sobretudo para o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo de imigrantes europeus em grande medida expulsos de suas terras de trabalho, de modo que os filhos, netos e bisnetos destes continuam migrando para outras regiões em busca da terra. Sendo assim, o desenraizamento é uma marca histórica dos camponeses no Brasil, “do Sul para o Nordeste e para o Norte. Do Nordeste para o Sudeste, Sul e Norte. Do Norte para o Sudeste. Do Sudeste para o Nordeste, esta é uma história de perambulação e resistência” (FERNANDES, 2000, p. 28).

Durante as entrevistas foi possível compreender como as famílias tiveram conhecimento da existência dos acampamentos do MST

[...] tinha tanto vizinho meu e eu falava mas cadê fulano? Uma amiga minha falou, o seu Zé foi lá prosem terra. [Pensava] Mas o que querem com o sem terra, nessa época nós morava na COHAB [Companhia de Habitação Popular de Curitiba], com casa tudo aí né, aposentado e vai pro sem terra, são maluco, e assim foi indo, cada um que eu perguntava que eu não via, porque a gente era acostumado ver vizinho, tinha amizade com tudo mundo, mas cadê fulano será? Tá pros sem terra. Um dia eu falei pro seu Zé, o seu Zé apareceu lá, daí eu falei, seu Zé eu queria conhecer o sem terra, o acampamento dos sem terra. [...] Daí fui pra lá [era uma quarta-feira], quando foi quinta-feira eu me inventei de perguntar se poderia fazer a comida, tinha o fogãozinho [...] e lá eu fazia comida o dia inteiro, daí fiquei, [...] já fiquei como cozinheira deles, até, inclusive, eles me chamam de mãe do acampamento, mãe do movimento, daí quando fomos despejados lá fomos pra Lapa, daí me trouxeram pra cá (ENTREVISTA 10, 2019, Acampamento Reduto do Caraguatá, Paula Freitas).

¹O Acampamento Primeiro de Maio se formou em 2003, em Bituruna, porém não se tornou assentamento tendo sido desarticulado por pressão política, por ação de empresários e madeireiros e pela desmobilização do movimento.

A entrevistada indica que conheceu o MST quando parte dos vizinhos começa a ir para um acampamento de reforma agrária próximo a região metropolitana de Curitiba, curiosa, pede para conhecer o acampamento e desde então está nas trincheiras da luta pela terra.

Outra família conhece o MST através de palestras e debates realizados pela frente de massa do movimento que é responsável por encontrar e organizar pessoas dispostas a participar dos acampamentos de reforma agrária, “tinha o falecido Keno, ele ia fazer palestra nos barracão, nas igrejas, sobre o movimento, e a gente sempre escutando no rádio” (ENTREVISTA 9, 2019, Acampamento Reduto do Caraguatá, Paula Freitas).

Muitas famílias vão para o acampamento por terem parentes e amigos que eram acampados ou assentados da reforma agrária e que os convidavam para fazer parte dos acampamentos do MST, como indicam as entrevistas a seguir.

[Como sua família resolveu ir pro acampamento] olha, tinha uns parentes nossos, um padrinho meu na verdade que acampou lá em Teixeira Soares e pegou um lote, daí veio o interesse né, o pai sabia que o terreno pra nós não ia ter como nós trabalhar em três mais ele no caso, daí surgiu o interesse de ir acampar lá pra ver se pegava um pedacinho maior né, no caso pra ele né, meu irmão mais velho já era de maior, daí foi indo, foi indo, casamos também agora o interesse é nosso mesmo (ENTREVISTA 11, 2019, Acampamento Reduto do Caraguatá, Paula Freitas).

A gente morava lá em Bituruna, [...] em 1992 a gente foi pra Campina Grande do Sul, [...] e bem na época que a gente foi morar de aluguel abriu o Primeiro de Maio [acampamento], [...] o tio Miguel tava no acampamento, [...] o meu primo, sobrinho do meu pai [...] ele ligou pra nós e falou – ó tio Luiz vocês estão morando de aluguel, vocês não querem vir pra cá abriu um acampamento do MST, mas a gente não tinha ideia assim do que era o MST, mas assim como a gente não tinha pra onde ir [...] aí o meu pai resolveu de vir, os meus irmãos ficaram em Curitiba (ENTREVISTA 12, 2019, Acampamento Reduto do Caraguatá, Paula Freitas).

As famílias conheceram o MST através de parentes que faziam parte da luta e falavam sobre o movimento e convidavam para que as famílias fossem para os acampamentos, essa relação entre as famílias permanece até o hoje no acampamento, assim estão acampados irmãos, pais, compadres, comadres, tios e tias. Ainda é possível constatar a marca da expropriação nas trajetórias de lutas apontadas nas entrevistas, por exemplo, na terra insuficiente para a manutenção de toda a família ou no pagamento de aluguel da moradia na cidade.

Também assinalamos que são vários os motivos que levam as famílias a fazerem parte dos acampamentos do MST

Eu acho que a nossa convivência aqui no mato, na reforma agrária é bem mais melhor do que lá na cidade, tipo, os filhos da gente já são mais livres

aqui no mato do que lá na cidade, os estudos aqui, eu tenho dois filhos estudando lá fora [na cidade de Paula Freitas] eles só estão lá porque não tem mais estudo aqui, porque se não eles estariam aqui dentro. [...] A gente livra as crianças de muitas coisas que nós sabemos que tem lá fora, que aqui dentro não tem. Eu gosto de ficar aqui no mato, eu não gosto de cidade de jeito nenhum, eu gosto do mato (ENTREVISTA 9, 2019, Acampamento Reduto do Caraguatá, Paula Freitas).

A primeira vez que a gente foi pro MST a gente foi por não ter lugar pra ir, que eu fui com o meu pai e a minha mãe [...] a gente não tem pra onde ir, no acampamento do MST é uma expectativa de você ganhar um lote e depois quando eu resolvi voltar pra cá em 2015 foi porque a gente morava num terreno urbano [...], a gente morava numa casa de fundo, no meu sogro, não existia espaço, a água e a luz muito caras, a gente não tinha condições de sair dali pra uma casa, pagar aluguel. Em Curitiba eu paguei muitos anos de aluguel, era muito caro, [...] você trabalhava, trabalhava, trabalhava, tudo que você ganhava no mês era pra gastar com gasto da casa, você tinha que pagar aluguel, água e luz, e compra [mercado], você gastava muito dinheiro, e daí a gente tava ali, a casa era cedida pelo meu sogro, mas você não tinha o mínimo de espaço, você não conseguia plantar, você não conseguia produzir tua comida, as crianças não tinham liberdade, não poderiam sair pra rua porque tinha muita questão de roubo, do lado de casa tinha gente vendendo droga, daí um dia a gente sentou e falou – não, vamos voltar pro MST [...] então a gente veio por uma questão de segurança e por uma questão de gasto, porque na cidade se você ganhar três mil reais o que você ganha no mês vai tudo, e aqui você consegue produzir teu alimento, você consegue ter teu espaço sem você gastar tudo que você gasta na cidade. Pra quem nunca teve um lote, pra quem nunca teve uma casa sua, hoje eu posso dizer que eu tenho um espaço que é meu, embora haja a insegurança do despejo, embora ainda haja alguma ameaça e a gente tem uma certa incerteza quanto ao governo de hoje [refere-se ao governo Jair Bolsonaro], mas é muito melhor estar aqui do que na cidade (ENTREVISTA 12, 2019, Acampamento Reduto do Caraguatá, Paula Freitas).

Eu vim pra cá pra poder ganhar minha terra, pra ter minhas coisinhas, meu cantinho. [...] Pra você ter um sossego, pra ter onde plantar, pra ter seus bichinhos, ter uma criação, na cidade não dá pra ter isso. Comprar um terreno assim já não tenho condição, então o movimento me deu essa chance, então foi que tô aqui agora esperando pra poder liberar essa terra. Mas estamos aqui sossegado, agora temos nossas galinhas, a minha horta que eu pretendo aumentar que agora não temos tempo, é por isso, plantar, tem que plantar né, morar em cima da terra e também não plantar não adianta (ENTREVISTA 8, 2019, Acampamento Reduto do Caraguatá, Paula Freitas).

Como podemos perceber as entrevistas mostram os motivos que os levam a lutar por um pedaço de terra, tais como, a educação dos filhos, a questão da insegurança nas áreas urbanas, a vontade de ter um lugar para plantar e de ter a criação, além das condições financeiras. Assim, os camponeses e as camponesas do Acampamento Reduto do Caraguatá buscam através da luta pela terra conseguir a reprodução da família e de seu modo de vida.

Nesse contexto, o campesinato sustenta-se na tríade terra-família-trabalho. Deste modo, “para o campesinato, o lugar de morada está intrinsecamente relacionado com o lugar de trabalho” (ALMEIDA, 2006, p. 258) que sirva para a manutenção e reprodução da família, além da garantia do modo de vida e da sociabilidade. Os acampados e as acampadas também nos revelam que, embora lutem pela terra para produzir alimento, não aguardam a efetivação do assentamento para plantar e criar os animais. O mosaico de figuras a seguir ilustra a produção, sobretudo para o autoconsumo no Acampamento Reduto do Caraguatá.

Mosaico de figuras2: Produção Camponesa no Acampamento Reduto do Caraguatá – Paula Freitas/PR



Fonte: Trabalho de Campo, 2019. Org: Silas Rafael da Fonseca.

Ainda sobre o processo de organização do acampamento Fabrini (2011) indica que essa ação permite o reconhecimento, por parte dos sujeitos, do lugar social que ocupam, condição que leva a formação da consciência política.

A participação nos movimentos sociais permite ao sujeito enxergar a sua condição de oprimido e “excluído” da apropriação dos meios de produção, principalmente a terra. A partir da consciência política, se mobilizam e lutam, não somente para garantir o seu direito e cidadania, mas também por

transformações sociais advindas da igualdade na distribuição da terra. Enfim, a partir dos movimentos sociais os sujeitos do campo se emancipam social, política e economicamente (FABRINI, 2011, p. 108).

O acampamento é o momento em que as pessoas que ingressam no MST, compreendem como se organiza o movimento e como este pode possibilitar a busca por direitos historicamente negados às famílias. O acampamento e os acampados e as acampadas se tornam um símbolo da luta camponesa pela terra e evidenciam o conflito de classes entre o latifúndio e o campesinato

Se, de um lado, o território se constitui numa expressão e trunfo para as relações capitalistas, [...] de outro, serve à resistência dos camponeses nos movimentos sociais. Por isso, há que se abordar e compreender o território como uma construção social sujeita aos interesses de classes, como dos latifundiários e camponeses, por exemplo (FABRINI, 2011, p. 110).

Assim, o território se expressa enquanto um território em disputa entre os camponeses e latifundiários, ou seja, o par contraditório do latifúndio se explicita na territorialização do campesinato. Isso se evidencia na discussão sobre terra de negócio e terra de trabalho, como nos indica Martins (1980).

Quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em terra de negócio em terra de exploração do trabalho alheio, quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em terra de trabalho. São regimes distintos de propriedade, em aberto conflito um com o outro. Quando o capitalista se apropria da terra, ele o faz com o intuito do lucro, direto ou indireto. Ou a terra serve para explorar o trabalho de quem não tem terra; ou a terra serve para ser vendida por alto preço a quem dela precisa para trabalhar e não a tem. Por isso, nem sempre a apropriação da terra pelo capital se deve à vontade do capitalista de se dedicar a agricultura (MARTINS, 1980, p. 60).

A conversão de terra de negócio para terra de trabalho é o que faz do campesinato, que luta pela terra no Brasil, ser algo tão incômodo para os latifundiários, pois a criação de assentamentos de reforma agrária significa que as terras não estão mais no mercado, ou seja, a organização das famílias que lutam pela terra inviabiliza a expansão do latifúndio.

Luís Fernando Verissimo certa vez escreveu um artigo em que diz que o maior crime que a direita tem para acusar os sem-terra é que eles são sem-terra. É um perigo neste país um cara ser pobre e organizado. Os pobres existem por aí dispersos e ninguém se queixa deles. Se se organizam e fazem uma ocupação ela é tão evidente e tão contundente que obriga a sociedade a se manifestar. [...] Ou como diz o professor Plínio de Arruda Sampaio. “A elite pode até aceitar que os pobres peçam favores ou mendicâncias, mas jamais aceitará que eles se organizem para exigir seus direitos” (STEDILE; FERNANDES, 2005, p. 113).

Os acampamentos são o símbolo dessa população pobre que se organiza para buscar seus direitos. Em um país onde as populações pobres sempre foram excluídas ao direito a terra, os movimentos sociais surgem como uma possibilidade concreta de organização e de luta, essa afronta ao latifúndio faz com que parte da sociedade se volte contra os sujeitos que lutam pela terra.

Quem luta pra ter um pedaço de terra é quem não tem condições pra comprar, mesmo que trabalhe, mas não tem condição de comprar um pedacinho, tem que ganhar muito bem pra ter um dinheiro pra comprar um lote, depois compra um lote e não tem dinheiro pra construir uma casa. [...] Você não vê a dificuldade de serviço, ainda mais se souber que era do movimento, esse aí é da cambada de vagabundo, porque o sem terra nunca é bom, sem terra aonde for vai ser um bando de vagabundo, vadio e tudo, então se souber que era do movimento esse daí não dá pra pegar pra trabalhar. [...] E também é a mesma coisa, vai alugar uma casa daí não tem o serviço pra trabalhar pra pagar a despesa, acaba sem ter como pagar aluguel, pagar água, pagar luz, já é despejado também da casa (ENTREVISTA 10, 2019, Acampamento Reduto do Caraguatá, Paula Freitas).

A luta das famílias camponesas no Acampamento Reduto do Caraguatá é marcada por processos de preconceito e violência por pertencerem ao MST e por lutarem por um pedaço de terra. Essa é a marca da criminalização relegada aqueles que ousam lutar por uma sociedade e que as estruturas desiguais sejam rompidas.

Mesmo diante de todas as dificuldades e incertezas o acampamento permanece há quinze anos buscando a efetivação do assentamento de reforma agrária, e as famílias já imaginam o que vão fazer quando tiverem a garantia de que a terra a elas pertence.

Pois olha, acho que vai ser uma expectativa bem enorme. De você pensar que tá em cima da terra, que nem hoje a gente já pensa que o que você planta tá ali, mas você tem aquele medo dum despejo alguma coisa, o que tem aqui é pouca coisa, mas sai tudo né e você sabendo que tá em cima da terra, você sabe que ali é um futuro teu, que a gente já não tá numa idade muito nova, mas você sabe que até o final da tua vivência se Deus der saúde, você vai viver e vai ficar pra alguém da tua família, vai ficar né pra sobreviver. Acho que isso né (ENTREVISTA 1, 2019, Acampamento Reduto do Caraguatá, Paula Freitas).

Quero fazer minha casa, quero plantar, limpar o terreno e plantar o que a gente puder, o que eu aguentar, [...] minha vontade é essa, de ter minhas criação, criar, plantar. [...] Plantar feijão, batata, mandioca, o que der pra plantar, o que eu vou achando eu vou plantando, que nem aí ó [horta], tem pimentão, tem pimenta, tem cebola, tem berinjela. (ENTREVISTA 3, 2019, Acampamento Reduto do Caraguatá, Paula Freitas).

Eu sei lá, o meu sonho, eu imagino, até já tô começando, não tô lutando com leite ainda meio valendo porque não veio a luz, a luz como você viu tá aí os postes, estão tudo aí, mas teve um vizinho nosso aí que ele entrou

com um documento lá e acabou meio que cancelando essa luz, tá parada a energia, não conseguiu ligar, mas eu tenho ideia de lutar com leite, leite e já digo horta né, hortaliça, coisa pequena. (ENTREVISTA 6, 2019, Acampamento Reduto do Caraguatá, Paula Freitas).

Como podemos perceber a condição de acampamento não impede que as famílias façam planos do que pode vir a ser quando o acesso à terra for permitido pela criação do assentamento. Vislumbram a casa melhor, a produção de alimentos possibilitada pela existência da criação dos animais e das plantas que podem ser utilizadas para venda e para a alimentação da família. Nesse sentido, “há uma esfera do consumo doméstico que pode ser abastecida diretamente do *roçado* para a *casa*, de produtos que podem ser autoconsumidos ou vendidos” (GARCIA JUNIOR, 1989, p. 117), condição que é desejada pelas famílias quando se efetivar o assentamento de reforma agrária.

Por fim, a produção para autoconsumo se coloca no centro da estratégia de manutenção das famílias camponesas, já que a produção de alimentos garante que a família não sentirá fome, algo que muitas famílias passaram e ainda passam na condição de acampados, além de permitir que uma quantidade menor de recursos seja utilizada para a compra de alimentos no mercado, podendo ser destinada para outros usos como a melhoria da moradia, investimentos na produção ou mesmo para aquisição daquilo que a família não consegue produzir.

Considerações finais

O processo de luta dos camponeses e das camponesas pela terra revela a presença do latifúndio no estado do Paraná, como escreve Fabrini (2011), o par contraditório do latifúndio se expressa na territorialização do campesinato, ou seja, quando se efetiva um acampamento de reforma agrária, o latifúndio é desmascarado, e se evidencia um território em disputa, revelando para a sociedade o não cumprimento da função social da propriedade (MARÉS, 2003), leia-se, o descumprimento da função social da terra pelo latifúndio.

Contudo, no caso do Acampamento Reduto do Caraguatá mesmo com quinze anos de formação do acampamento as famílias não têm a segurança de que o acampamento se tornará um assentamento de reforma agrária, com isso a insegurança permanece, bem como o medo de novamente terem que migrar em busca da terra de trabalho e da moradia.

Mulheres, homens, jovens e crianças lutam pelo o direito à terra de trabalho e moradia, ou seja, a terra representa a reprodução da vida, do modo de vida do campesinato sem terra e, portanto, é a expressão da luta contra o latifúndio, a concentração da terra e os significados da terra enquanto mercadoria. Conclui-se, que as trajetórias de migração dos

entrevistados, bem como o desejo de ter terra para o trabalho e para a família são elementos que indicam que a terra para o campesinato significa a reprodução do modo de vida e da família camponesa.

Portanto, lutar por terra significa lutar pela autonomia do trabalho, como indica Paulino (2008) isso lhe permite escapar à alienação, pois o trabalho é realizado tendo o controle dos meios de produção. Nesse contexto a autora ainda adverte que aquilo que o camponês vende é fruto do seu trabalho e não de uma relação capitalista de reprodução constantemente ampliada, de modo que ao passo em que há o controle dos meios de produção e das condições de realização de trabalho o produto do trabalho camponês não é propriedade capitalista, isso lhe é primaz para a manutenção do modo de vida, para o processo de recriação camponesa e, conseqüentemente, para a recusa à exploração capitalista.

Referências

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **(Re)criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o habitus de classe**. São Paulo: Editoria UNESP, 2006.

FABRINI, João Edmilson. Território, classe e movimentos sociais no campo. **Revista da ANPEGE**, v. 7, p. 97-112, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. Tradução de Sergio Faraco. Porto Alegre: L&PM, 2014. Tradução de: Las venas abiertas de América Latina.

GARCIA JUNIOR, Afrânio. **O Sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo: Marco Zero; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: MCT-CNPq, 1989.

MARÉS, Carlos Frederico. **A função social da terra**. Porto Alegre: SAFabris, 2003.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. Campesinato e luta pela terra no Brasil. In: BERTONCELLO, R. e CARLOS, A. F. (orgs.), **Procesos territoriales em Argentina y Brasil**. Buenos Aires, 2003.

MARTINS, J. D. S. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. São Paulo: Hucitec, 1980.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Agricultura camponesa no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 1991.

PAULINO, Eliane Tomiasi.; FABRINI, João Edmilson (Orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

PIRES, Alvares et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

STEDILE, João Pedro. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente – a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. 3ª reimpressão. São Paulo, SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

Sobre o autor

Silas Rafael da Fonseca – Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (2010). Mestrado em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (2014). Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (2019). Docente da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-0167-2832>

Como citar este artigo

FONSECA, Silas Rafael. Trajetórias camponesas no acampamento Reduto do Caraguatá: processos migratórios e resistência ao latifúndio no estado do Paraná. **Revista NERA**, v. 24, n. 57, p. 355-369, dossiê, 2021.

Recebido para publicação em 20/09/2020
Aceito para a publicação em 10/06/2021